

Pauperização Rural em Moçambique na 1ª Década do Século XXI

António Francisco e Simão Muhorro

"Não é tanto as coisas que não sabemos que nos metem em confusões. São as coisas que pensamos que sabemos" Artemus Ward, Escritor (www.inf.ufsc.br/~marcelo/citar.html).

O facto da pobreza em Moçambique, particularmente a pobreza rural não ter diminuído, ao longo da primeira década do século XXI, é já amplamente reconhecido; excepto, talvez, por aqueles que optam por negar as evidências e tentar vergar a realidade às suas ideias e expectativas. Mas a possibilidade da pobreza rural ter, de facto, aumentado, começou recentemente a ser também admitida.

Neste sentido, acaba de surgir uma modesta, mas estimulante contribuição, para o debate dos assuntos que pensamos que conhecemos, mas precisam de ser sustentados por evidências tão robustas como as que demonstram que a incidência da pobreza em Moçambique não diminuiu, na década passada.

De acordo com o estudo de Muhorro (2011), a incidência de pobreza rural da renda terá aumentado em Moçambique de 70% em 2002 para 86% em 2008¹. Esta nota partilha alguns resultados sobre o indicador mais emblemático nas análises da pobreza: a incidência de pobreza, ou seja, a percentagem da população que vive abaixo de um certo nível ou limiar, chamado linha da pobreza (LP)².

A pesquisa de Muhorro baseou-se na principal base de dados estatísticos rurais - os chamados Trabalhos de Inquéritos Agrícolas - (TIAs). Os TIAs compreendem uma série de inquéritos agrícolas, realizados pelo Ministério da Agricultura (MA), praticamente quase todos os anos, da década passada; são actualmente a fonte de dados estatísticos mais contínua, representativa e abrangente, relativamente à economia rural e condições socioeconómicas da população rural moçambicana.

Desde a segunda metade da década 2010, os dados dos TIAs têm sido objecto de análises detalhadas e sistemáticas, com incidência na estrutura e dinâmica da produção agro-pecuária, tendências da renda agrícola e não agrícola; uso e acesso a tecnologia produtiva moderna e informação de mercado relevante, entre outros aspectos. Dos resultados já publicados percebe-se que, ao longo da década passada, a produção e a produtividade rural diminuíram, em parte significativa dos produtos; tal como diminuiu o recurso a tecnologias produtivas modernas e o acesso a informações de mercado. Alguns dos estudos relacionam explicitamente os seus resultados com o fracasso das políticas públicas rurais, nomeadamente o objectivo principal do Governo, enunciado no primeiro parágrafo do PARPA II: "O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II) do Governo de Moçambique tem em vista alcançar o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009" (Cunguara and Kelly, 2009a, 2009b; Cunguara e Hanlon, 2010; Mather et al., 2008; MPD, 2010).

Em Outubro de 2010, o Governo Moçambicano reconheceu o fracasso da política de redução da pobreza em Moçambique (MPD, 2010). Apesar do relatório da 3ª Avaliação Nacional da Pobreza (MPD, 2010) não avaliar explicitamente a dimensão, formas e implicações dos incumprimentos e fracassos das políticas públicas, as evidências apresentadas falam por si e corroboram com os resultados dos TIAs.

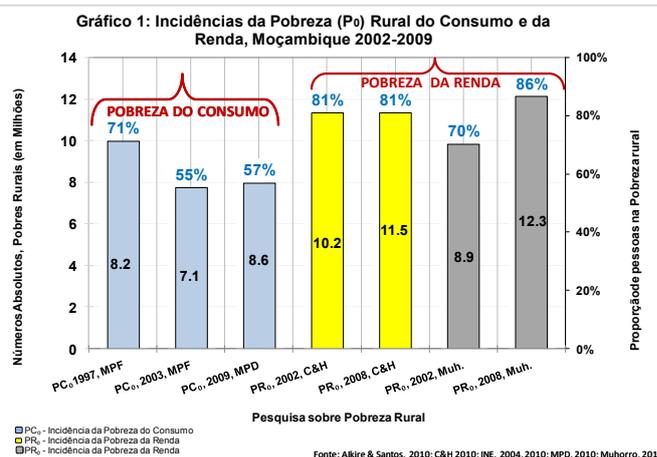
No entanto, ainda que o relatório do MPD (2010) e

outros estudos individuais (Cunguara and Kelly, 2009a, 2009b; Cunguara e Hanlon, 2010) testemunhem o recente agravamento das condições de vida rural, a mensagem que acabam por veicular é que a situação da pobreza rural manteve-se estacionária. Recorrendo, nuns casos a argumentos técnicos (Cunguara e Hanlon, 2010: 5; MPD, 2010: 27), e noutros a meras especulações (Cuereña, 2010), a mensagem transmitida ao público é que a pobreza não diminuiu, mas também não aumentou (Francisco, 2010).

1. O que Revela o Estudo de Muhorro 2011?

O Gráfico 1 compara os principais indicadores de incidência da pobreza, apenas na área rural, segundo duas perspectivas complementares, ambas monetárias: a perspectiva do consumo (alimentar e não-alimentar) e a da renda (agrária e não-agrária)³. O Governo Moçambicano tem adoptado principalmente a perspectiva do consumo, nas suas três avaliações nacionais da pobreza e bem-estar em Moçambique (1996/97, 2002/03 e 2008/09). No Gráfico 1, a incidência da pobreza rural, entendida como insuficiência de consumo (dentro da chaveta "pobreza do consumo"), mostra uma diminuição de 71%, em 1997, para 55% em 2003, mas um ligeiro aumento (1,6 pontos percentuais) para 57%, entre 2003 e 2009. Este ligeiro aumento foi considerado estatisticamente insignificante, significando que as taxas são idênticas, em termos reais (MPD, 2010: 27-32).

O segundo grupo de indicadores, ainda no Gráfico 1, mede a pobreza rural como insuficiência de renda (dentro da chaveta "pobreza da renda"). Cunguara e



Hanlon (2010: 5, 7) estimaram a incidência da pobreza rural da renda em 81%, tanto em 2002 como em 2008. Já o estudo de Muhorro (2011) estima um aumento da pobreza rural renda significativo (16 pontos percentuais), no mesmo período. Exceptuando o aumento na província de Maputo, no estudo de Muhorro, todos os demais aumentos da pobreza rural, regionais e provinciais, são estatisticamente significantes (Tabela 1). Sabendo que os estudos de Cunguara e Hanlon (2010) e de Muhorro (2011) foram baseados nas mesmas fontes de dados (TIAs), as diferenças nos seus resultados e principal conclusão derivam certamente de diferenças técnicas; por exemplo, diferenças nos

Tabela 1: Incidência de Pobreza Rural da Renda, por Províncias e Regiões, Moçambique 2002 e 2008

Região e Província	2002		2008		Diferença (2008/09)	Intervalo de confiança
	Incidência de Pobreza	SE	Incidência de Pobreza	SE		
Norte	80.4	1.1	87.5	0.8	7.1	± 2.7 *
Niassa	66.7	2.8	82.0	1.8	15.4	± 6.7 *
Cabo Delgado	84.3	1.6	88.5	1.4	4.2	± 4.3 *
Nampula	83.4	1.5	90.1	1.1	6.6	± 3.7 *
Centro	62.7	1.0	84.6	0.7	21.9	± 2.4 *
Zambezia	63.6	1.8	83.6	1.4	20.1	± 4.6 *
Tete	49.4	2.1	86.8	1.3	37.4	± 4.9 *
Manica	72.6	2.1	86.9	1.5	14.3	± 5.2 *
Sofala	68.7	2.3	82.0	1.7	13.3	± 5.7 *
Sul	72.0	1.3	87.3	0.8	15.3	± 3.1 *
Inhambane	64.6	2.3	87.8	1.4	23.2	± 5.4 *
Gaza	71.8	2.0	90.5	1.2	18.7	± 4.7 *
Maputo	81.4	2.1	82.9	1.6	1.5	± 5.3
Total	70.2	0.7	86.4	0.4	16.2	± 1.6 *

Fonte: MA (TIA 2002, TIA2008); MPD, 2010: 30; 93; Muhorro, 2011)

deflatores e ajustamentos dos preços, nas linhas de pobreza, entre outras. A discussão sobre tais discrepâncias técnicas ultrapassava o objecto de estudo de Muhorro e desta nota também. De qualquer forma, ao rever atentamente as análises de Cunguara e seus

1. O estudo foi realizado para a obtenção da sua Licenciatura em Economia, na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, sob a supervisão de António Francisco e com a colaboração de alguns investigadores do IESE, na preparação dos dados estatísticos de referência para a análise.

2. LP é um nível de renda diária ou anual com a qual uma pessoa ou uma família não possui condições para obter os recursos básicos necessários para viver. É geralmente medida em termos *per capita*, variando frequentemente, a nível nacional ou internacional, com vista a adaptar os índices de pobreza à realidade em análise, distinguindo-se por exemplo: linhas de extrema pobreza absoluta (Indigência - nuns casos ¼ de um salário mínimo por mês; noutros, um rendimento inferior a US\$1,25 ao dia), linha de pobreza absoluta (nuns casos 60% da renda familiar monetária mediana; noutros um rendimento inferior a US\$2,00 ao dia).

3. Renda é entendida aqui como o conjunto de rendimentos da produção ou do trabalho por conta própria, venda de produtos, ordenados, salário e alugueres.

colegas, os resultados de Muhorro afiguram-se mais consistentes com tais análises do que a própria conclusão geral do artigo de Cunguara e Hanlon (2010). As razões desta afirmação são explicadas seguidamente, comparando as limitações dos valores médios e também medianos, relativamente às mudanças entre os grupos (quintis) de renda.

2. Diferenciação Rural: Média versus Mediana

A comparação entre os valores médios e medianos permite uma primeira aproximação à diferenciação entre pobres e ricos; mas tratando-se de medidas agregadas, a ambas escapa a variabilidade entre os grupos de renda que compõem a amostra.

A média aritmética (soma dos valores de todos os dados de uma amostra dividida pelo número de dados) é influenciada pelos valores extremos (muito ricos e muito pobres ou indigentes). No estudo de Muhorro, a renda anual média per capita foi 3.313 Meticais (\$126) em 2002 e 3.688 Meticais (\$141) em 2008⁴. Já a renda anual mediana (valor no meio numa amostra ordenada por ordem crescente ou decrescente), per capita foi 1.509 Meticais (\$58) em 2002 e 1.579 Meticais (\$60) em 2008.

Existe, assim, uma substancial assimetria na distribuição da renda rural, evidenciada pela mediana muito menor do que a média. Numa perspectiva nacional, a renda média rural poderá ter representado, em 2008, cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) per capita de Moçambique, estimado em US\$444 (PNUD, 2010: 218); mas a renda mediana rural foi inferior a 15% do PIB nacional moçambicano.

Numa perspectiva ainda mais perceptível ao senso comum, convertendo o valor da renda anual para um valor diário. Em 2008, o moçambicano rural teve uma renda média de 10 Meticais (0,39 do US dólar) por dia, mas a renda mediana per capita foi apenas 4 Meticais (0,16 do dólar) por dia.

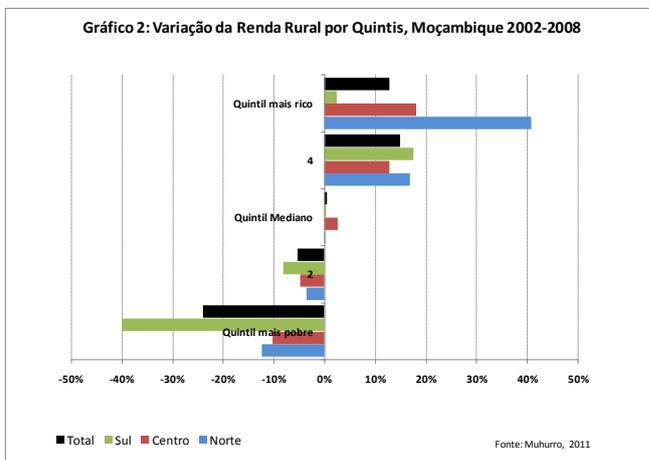
A despeito das diferenças referidas, seja qual for a medida usada, não há dúvida que a renda rural moçambicana é baixíssima. Além disso, se a comparação entre a média e a mediana permite acautelar para a falsa ideia sobre uma distribuição simétrica ou igualitária, que não é real, também a mediana pode induzir a

constatarem Cunguara e Hanlon (2010), concluindo que a pobreza permaneceu estacionária. Porém, as grandes mudanças aconteceram nos quintis abaixo e acima do quintil mediano. No primeiro e segundo quintis, abrangendo 40% das pessoas, registaram-se quedas significativas na renda, em todas as regiões (no valor total -24% no 1º Q. e -5% no 2º Q.). Em contra partida, os dois quintis de renda mais elevada, registaram aumentos em todas as regiões (valor total 15% no 4º Q. e 13% no 5º Q.). Ó resultado, na distribuição da renda, foi um aumento do "rácio de percentil" -diferença entre o rendimento recebido pelos 20% da população com maior renda (quintil do topo) e o rendimento auferido pelos 20% com menor nível de rendimento (quintil da base): 35% em 2002 e 71% em 2008.

Assim, numa distribuição da renda muito assimétrica, se é verdade que a média induz a uma ideia de renda comum maior do que a maioria das pessoas têm, por ser influenciada pelos valores extremos, também a mediana pode induzir a uma conclusão enganadora, ao sugerir uma aparente estagnação geral. De facto, a estagnação aconteceu no terceiro quintil (mediano) apenas, mas não nos restantes quintis.

Em 2002, como ilustra a Figura 1, o quintil inferior, correspondente a 20% dos mais pobres, concentrou 2% da renda rural total. Para quem não está familiarizado com a linguagem estatística, imagine que a população rural era constituída por cinco pessoas e produziu uma renda de 100 Meticais. Significa, então, que em 2002, a pessoa mais pobre teve apenas dois Meticais dos 100 Meticais. De 2002 para 2008 a proporção do grupo de renda mais pobre reduziu para 1% (ou seja, um Metical em 100 Meticais). A segunda pessoa (correspondente a 20% da amostra) obteve 5% (cinco em 100 Meticais) em 2002, tendo diminuído para 4% em 2008. A terceira pessoa (correspondente aos 20% do grupo mediano) obteve 9% em 2002 e baixou para 8% em 2008. O quarto grupo obteve 16% da renda total (16 em 100 Meticais), tanto em 2002 como em 2008. O quinto grupo, grupo mais rico na amostra, acumulou 69% em 2002, valor que aumentou para 71% da renda total, em 2008.

Perante esta distribuição da renda, em forma de funil, como ilustra a Figura 1, percebe-se que a incidência da pobreza rural não permaneceu estacionária: piorou nos 40% mais pobres, mas diminuiu para os 40% mais ricos, os quais passaram, em 2008, a concentrar 87% da renda anual rural (87 em 100 Meticais).



uma minoria de capitalistas.

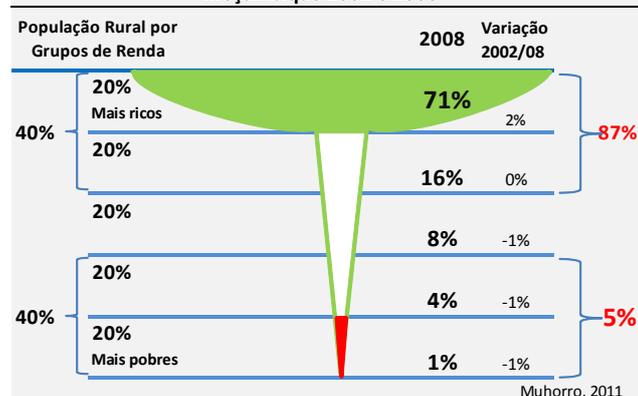
Alguém terá dito que as ideias são como os pára-quedas: só funcionam quando permanecem abertas. Em linha com a necessidade de abertura, para mais e melhor investigação, o MPD (2010: 54) reconheceu que o seu relatório não tinha "...a palavra final sobre pobreza em Moçambique. Há espaço considerável para pesquisa futura assim como melhorias na qualidade e frequência de produção dos dados relevantes" (MPD, 2010: 54).

Este reconhecimento é salutar e encorajador para que as ricas bases de dados estatísticas disponíveis continuem a ser analisadas, recorrendo a diferentes abordagens e metodologias. O estudo de Muhorro, certamente partilha algumas das limitações técnicas dos demais estudos; tratando-se de um trabalho de iniciação na investigação, poderá conter também várias lacunas mais elementares. De qualquer forma, este estudo mostra que os dados disponíveis precisam de ser melhor analisados e explorados, com vista a dissiparem-se dúvidas que as pesquisas e estudos anteriores não esclareceram.

Referências

- Amin, S. 2003. "Pobreza mundial, pauperização & acumulação". http://resistir.info/samir/pobreza_mundial.html.
- Cuereneia, A. 2010. Cuereneia minimize os números da pobreza revelados pelo INE, O País, 06 Outubro 2010, <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/9979-cuereneia-minimize-os-numeros-da-pobreza-revelados-pelo-ine.html>.
- Cunguara, B. and Kelly, B. 2009a. "The impact of the PARPA II in promoting the agricultural sector in rural Mozambique, study as input to Impact Evaluation Report (RAI) of PARPA II". <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d119368.pdf>.
- Cunguara, B. and Kelly, B. 2009b. "Trends in agriculture producers income in rural Mozambique, study as input to Impact Evaluation Report (RAI) of PARPA II". <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d119368.pdf>.
- Cunguara, B. e Hanlon, J. 2010. "O fracasso na redução da pobreza em Moçambique". Working Paper no. 74, Crisis Stares Working Papers Series No. 2. London: London School of Economics. <http://eprints.lse.ac.uk/28467/2/WP74.2portugues.pdf>.
- Francisco, A. 2010. 'Pobreza em Moçambique Põe Governo e seus Parceiros entre a Espada e a Parede'. Ideias 31, 01 de Outubro de 2010, Maputo: IESE www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_31.pdf.
- Mather, D., et al. 2008. "Household income and assets in rural Mozambique, 2002-2005: Can pro-poor growth be sustained". MINAG Working Paper n° 66E, Maputo: MINAG.
- MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2010. Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento.
- Muhorro, S. 2011. Renda e Pobreza Rural em Moçambique: Norte, Centro e Sul, 2002 e 2008. Trabalho para obtenção do grau de Licenciatura em Economia. Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane (não publicado).
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2010. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. New York: Communications Development Incorporated, Washington D.C.

Figura 1: Distribuição da Renda Rural por Quintis, Moçambique 2002 e 2008



engano, por ser insensível às variabilidades laterais. Este aspecto é clarificado seguidamente, ao representar o empobrecimento rural, captado pelas variações no tempo entre grupos de renda, subdivididos em cinco partes chamadas quintis (cada quintil com valor correspondente a 20% da amostra ordenada).

3. Por que Pauperização Rural?

Pauperização rural é o termo adequado para caracterizar o aumento da proporção de famílias e indivíduos em muito elevado grau, ou extremamente pobres. O processo de pauperização ou empobrecimento da população rural moçambicana é ilustrado no Gráfico 2, através dos cinco grupos do conjunto ordenado em cinco partes iguais (quintis) da renda rural.

O quintil (Q.) mediano sugere uma relativa estagnação da renda rural, entre 2002 e 2008; precisamente o que

4. Conclusão: Um Assunto em Aberto

O espaço reservado a esta nota não permite entrar no debate sobre as causas do processo de pauperização rural moçambicano, acima descrito. Mas vale a pena fazer uma advertência, relativamente à palavra pauperização, visto ser um termo muito querido dos autores que olham para o empobrecimento como produto principalmente da expropriação da terra dos camponeses e acumulação de capital pelos capitalistas (Amin, 2003). Uma tal interpretação, no caso de Moçambique, afigura-se abusiva. As evidências disponíveis sugerem que o empobrecimento da população rural moçambicana é mais causado pela crescente dependência da economia de subsistência, precária, primitiva e indigente, do que da expropriação da terra dos camponeses, da acumulação de capital e da exploração exercida por

⁴Dólar dos Estados Unidos (US) ao câmbio de 26,19 Meticais em 2008 (Cunguara e Hanlon, 2010: 13; Muhorro, 2011).